

Perícias em ações previdenciárias estão sem pagamento há seis meses

24/03/2022

Desde setembro do ano passado, devido a questões orçamentárias, estão suspensos os pagamentos de honorários periciais nas ações previdenciárias que envolvem o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e têm assistência judiciária gratuita deferida. Com isso, vem se formando uma enorme fila de processos paralisados por falta de perícia.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Ações envolvendo INSS estão paradas pela falta de verba para pagamento de perícias^{Marcello Casal Jr./Agência Brasil}

As perícias com nomeações feitas até 23 de setembro de 2021 estão sendo pagas normalmente, mesmo que tenham ocorrido após essa data. Porém, os Tribunais Regionais Federais confirmam a paralisação dos processos com nomeações posteriores de perícias, pela ausência de recursos orçamentários.

O TRF-4, por exemplo, possui aproximadamente 39 mil solicitações referentes a honorários dessas perícias. Já o TRF-5 tem atualmente 53.074 perícias validadas aguardando pagamento.

O TRF-3 não possui dados exatos sobre o tema, mas afirma que nem todos os processos que se enquadram na situação estão parados, graças aos esforços de magistrados, servidores, peritos e jurisdicionados. A corte informa que há peritos fazendo as perícias mesmo sem solução do problema. Além disso, em certas ações, as partes se dispuseram a arcar com os custos, tendo em vista o ressarcimento em caso de ganho da causa.

A situação ocorre por causa do fim da vigência da **Lei 13.876/2019**. A norma havia estabelecido o Poder Executivo como responsável pelo pagamento das perícias em tais ações pelo prazo de dois anos.

O prazo se esgotou no dia 23 de setembro do ano passado. O Conselho da Justiça Federal, então, informou que seriam disponibilizados apenas os valores de perícias cuja nomeação de profissionais tivesse ocorrido até esta data, e cuja despesa fosse empenhada até o último dia daquele ano.

Para nomeações de peritos posteriores a 23 de setembro, o pagamento depende da aprovação de lei que autorize a liberação das verbas. No entanto, isso ainda não ocorreu.

No início do mês passado, o Senado aprovou um projeto que garantia o custeio das perícias pelo Executivo até o fim de 2024. A proposta também foi aprovada pela Câmara no último dia 15, mas com mudanças para garantir a permanência de recebimento dos honorários. Assim, o texto voltou ao Senado e por enquanto não foi analisado.

**Texto alterado às 14h18 do dia 24/3/2022 para acréscimo de informações.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-mar-24/pericias-aco-es-previdenciarias-pagamento-seis-meses/>